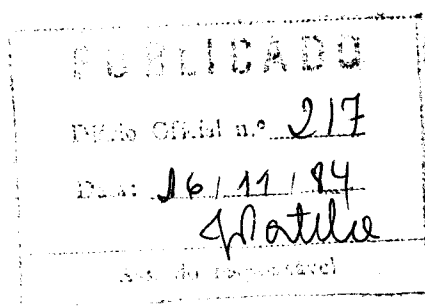




LEI N.º 3.966 DE 08 DE novembro DE 1984

Estima a Receita e Fixa a Despesa
do Estado do Piauí para o exercí-
cio financeiro de 1985.



O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento-Programa Anual do Estado do Piauí para o exercício financeiro de 1985, composto pelas receitas e despesas do Tesouro Estadual e por receitas e despesas de outras fontes - Entidades da Administração Indireta e Fundações Instituídas pelo Poder Público, estima a Receita Geral em Cr\$ 646.193.431.000,00 (seiscentos e quarenta e seis bilhões, cento e noventa e três milhões e quatrocentos e trinta e hum mil cruzeiros), sendo Cr\$ 35.054.640.000,00 (trinta e cinco bilhões, cinquenta e quatro milhões e seiscentos e quarenta mil cruzeiros) provenientes dos órgãos da Administração Descentralizada, e fixa a Despesa em igual valor.

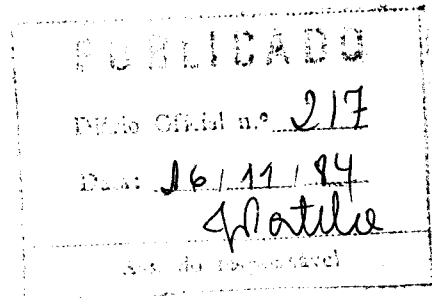
Art. 2º - A Receita será utilizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Anexo I, que integra esta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

[Assinaturas manuscritas e rubricas]



LEI N.º 3.966 DE 08 DE novembro DE 1984

Estima a Receita e Fixa a Despesa
do Estado do Piauí para o exercí-
cio financeiro de 1985.



O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento-Programa Anual do Estado do Piauí para o exercício financeiro de 1985, composto pelas receitas e despesas do Tesouro Estadual e por receitas e despesas de outras fontes - Entidades da Administração Indireta e Fundações Instituídas pelo Poder Público, estima a Receita Geral em Cr\$ 646.193.431.000,00 (seiscentos e quarenta e seis bilhões, cento e noventa e três milhões e quatrocentos e trinta e hum mil cruzeiros), sendo Cr\$ 35.054.640.000,00 (trinta e cinco bilhões, cinquenta e quatro milhões e seiscentos e quarenta mil cruzeiros) provenientes dos órgãos da Administração Descen-
tralizada, e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 2º - A Receita será utilizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Anexo I, que integra esta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

I - RECEITA

Cr\$ 1.000,00

1 - RECEITAS DO TESOURO

1.1. RECEITAS CORRENTES	325.050.522
Receita Tributária	119.341.702
Receita Patrimonial	257.265
Transferências Correntes	202.228.626
Outras Receitas Correntes	3.222.929
1.2. RECEITAS DE CAPITAL	286.088.269
Operações de Crédito	150.046.515
Alienação de Bens Móveis	200.196
Transferências de Capital	126.841.558
T O T A L	611.138.791

2 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO (Exclusive Transferências do Tesouro)

2.1. RECEITAS CORRENTES	29.355.215
2.2. RECEITAS DE CAPITAL	5.699.425
T O T A L	35.054.640
T O T A L G E R A L	646.193.431

Art. 39 - A despesa será realizada segundo as discriminações constantes do Anexo II, integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por fontes de recursos e por órgãos, de acordo com o seguinte desdobramento:

II - DESPESA

Cr\$ 1.000,00

1 - DESPESA POR FONTE DE RECURSOS

1.1. Programação à Conta de Recursos do Tesouro	611.138.791
1.2. Programação à Conta de Recursos de Outras Fontes	35.054.640
1.3. Total da Despesa por Fonte de Recursos	646.193.431

I - RECEITA

Cr\$ 1.000,00

1 - RECEITAS DO TESOURO

1.1. RECEITAS CORRENTES	325.050.522
Receita Tributária	119.341.702
Receita Patrimonial	257.265
Transferências Correntes	202.228.626
Outras Receitas Correntes	3.222.929

1.2. RECEITAS DE CAPITAL	286.088.269
Operações de Crédito	150.046.515
Alienação de Bens Móveis	200.196
Transferências de Capital	126.841.558

T O T A L 611.138.791

2 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO (Exclusive Transferências do Tesouro)

2.1. RECEITAS CORRENTES 29.355.215

2.2. RECEITAS DE CAPITAL 5.699.425

T O T A L 35.054.640

T O T A L G E R A L 646.193.431

Art. 3º - A despesa será realizada segundo as discriminações constantes do Anexo II, integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por fontes de recursos e por órgãos, de acordo com o seguinte desdobramento:

II - DESPESA

Cr\$ 1.000,00

1 - DESPESA POR FONTE DE RECURSOS

1.1. Programação à Conta de Recursos do Tesouro 611.138.791

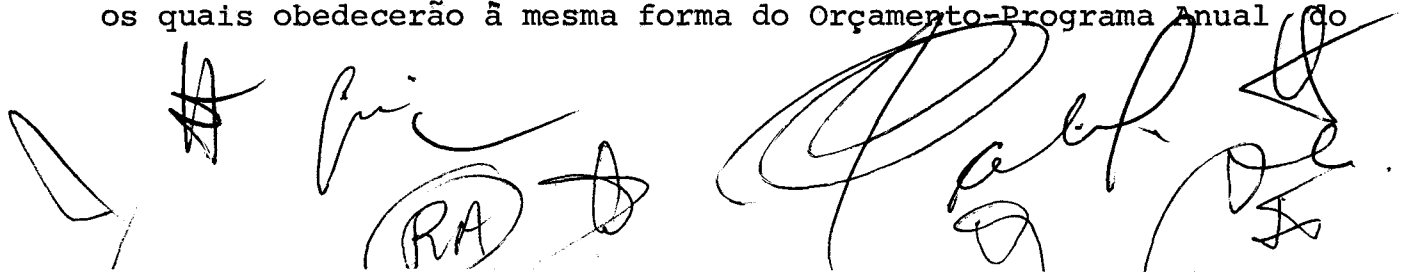
1.2. Programação à Conta de Recursos de Outras Fontes 35.054.640

1.3. Total da Despesa por Fonte de Recursos 646.193.431

2 - DESPESAS POR ÓRGÃOS

2.1. PODER LEGISLATIVO	<u>20.201.000</u>
Assembléia Legislativa	17.968.000
Tribunal de Contas	2.233.000
2.2. PODER JUDICIÁRIO	<u>8.488.500</u>
Tribunal de Justiça	3.232.700
Juizados	4.940.800
Corregedoria Geral da Justiça	211.000
Auditoria da Justiça Militar	104.000
2.3. PODER EXECUTIVO	<u>582.449.291</u>
Governadoria	15.462.064
Secretaria de Segurança	27.998.548
Secretaria da Fazenda	26.456.312
Secretaria de Educação	146.363.286
Secretaria de Agricultura	11.466.700
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	79.047.087
Secretaria de Saúde	43.430.291
Secretaria de Governo	3.150.450
Secretaria de Planejamento	95.522.492
Secretaria de Indústria e Comércio	4.079.100
Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo	4.595.339
Secretaria de Administração	6.326.150
Secretaria de Trabalho e Ação Social	12.232.900
Administração Geral do Estado	103.137.286
Secretaria de Justiça	3.181.286
2.4. ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO (Exclusive Transferências do Tesouro)	<u>35.054.640</u>
T O T A L G E R A L	646.193.431

Art. 4º - As despesas à conta de recursos de outras fontes de entidades da Administração Indireta e de Fundações instituídas pelo Poder Público serão discriminadas em seus orçamentos próprios aprovados, em conformidade com a legislação vigente, os quais obedecerão à mesma forma do Orçamento-Programa Anual do



2 - DESPESAS POR ÓRGÃOS

2.1. PODER LEGISLATIVO	<u>20.201.000</u>
Assembléia Legislativa	17.968.000
Tribunal de Contas	2.233.000
2.2. PODER JUDICIÁRIO	<u>8.488.500</u>
Tribunal de Justiça	3.232.700
Juizados	4.940.800
Corregedoria Geral da Justiça	211.000
Auditoria da Justiça Militar	104.000
2.3. PODER EXECUTIVO	<u>582.449.291</u>
Governadoria	15.462.064
Secretaria de Segurança	27.998.548
Secretaria da Fazenda	26.456.312
Secretaria de Educação	146.363.286
Secretaria de Agricultura	11.466.700
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	79.047.087
Secretaria de Saúde	43.430.291
Secretaria de Governo	3.150.450
Secretaria de Planejamento	95.522.492
Secretaria de Indústria e Comércio	4.079.100
Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo	4.595.339
Secretaria de Administração	6.326.150
Secretaria de Trabalho e Ação Social	12.232.900
Administração Geral do Estado	103.137.286
Secretaria de Justiça	3.181.286
2.4. ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO (Exclusive Transferências do Tesouro)	<u>35.054.640</u>
T O T A L G E R A L	646.193.431

Art. 4º - As despesas à conta de recursos de outras fontes de entidades da Administração Indireta e de Fundações instituídas pelo Poder Público serão discriminadas em seus orçamentos próprios aprovados, em conformidade com a legislação vigente, os quais obedecerão à mesma forma do Orçamento-Programa Anual do

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature that appears to be 'Paulo' and other smaller initials and marks.

Estado, e deverão conter as discriminações por funções, programas, subprogramas, projetos e atividades, na forma do Anexo III da presente Lei.

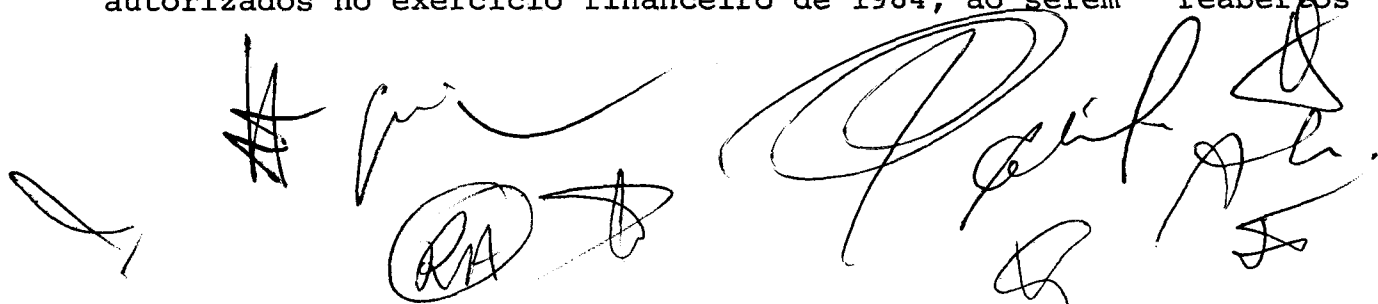
Art. 5º - Para ajustar o ritmo da execução do orçamento ao fluxo provável de recursos, o Poder Executivo elaborará, de acordo com as normas vigentes, através da Comissão de Programação Financeira do Estado, até o dia 15 de janeiro, uma programação financeira de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários à execução dos Programas de Trabalho.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Operações de Crédito, por antecipação de receitas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita total estimada no artigo 1º desta Lei, consideradas as condições estipuladas em normas específicas.

Art. 7º - O Poder Executivo é autorizado a abrir crédito suplementar, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa orçamentária previsto nesta Lei, utilizando como fonte de recursos as definidas no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar Projetos e Atividades financiados à conta de Receitas, com destinação específica, quando estes ultrapassarem o valor previsto nesta Lei, utilizando como fonte de recursos as definidas no Art. 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º - Os créditos especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 1984, ao serem reabertos

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials. On the left, there is a small, stylized mark. Next to it is a signature that appears to be 'H. J.'. Below this is a circular stamp containing the letters 'RA'. To the right of the 'RA' stamp is another signature. Further right is a large, prominent signature that looks like 'P. Silva'. To the right of that is another signature, and finally, on the far right, there are some initials that could be 'J. S.' or similar.

Estado, e deverão conter as discriminações por funções, programas, subprogramas, projetos e atividades, na forma do Anexo III da presente Lei.

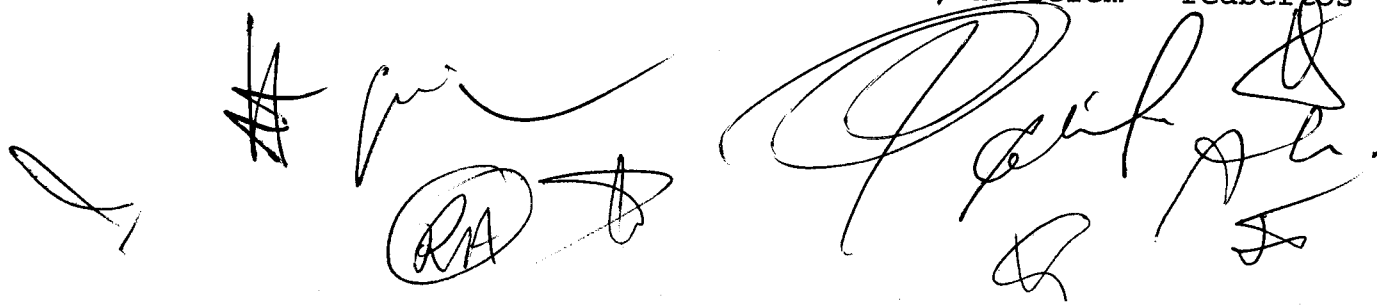
Art. 5º - Para ajustar o ritmo da execução do orçamento ao fluxo provável de recursos, o Poder Executivo elaborará, de acordo com as normas vigentes, através da Comissão de Programação Financeira do Estado, até o dia 15 de janeiro, uma programação financeira de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários à execução dos Programas de Trabalho.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Operações de Crédito, por antecipação de receitas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita total estimada no artigo 1º desta Lei, consideradas as condições estipuladas em normas específicas.

Art. 7º - O Poder Executivo é autorizado a abrir crédito suplementar, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa orçamentária previsto nesta Lei, utilizando como fonte de recursos as definidas no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar Projetos e Atividades financiados à conta de Receitas, com destinação específica, quando estes ultrapassarem o valor previsto nesta Lei, utilizando como fonte de recursos as definidas no Art. 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º - Os créditos especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 1984, ao serem reabertos

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials. On the left, there is a small, stylized signature. Next to it is a larger, more fluid signature. Below these, there are initials 'RA' enclosed in a circle, followed by another signature. To the right, there is a large, prominent signature that appears to be 'Paulo' or similar, with several other smaller signatures and initials scattered around it, including one that looks like 'J'.

na forma do Parágrafo 4º do artigo 62 da Constituição Federal, serão reclassificados em conformidade com a classificação adotada na presente Lei.

Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1985.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina - Piauí, 08 de novembro de 1984.

Hugo
GOVERNADOR DO ESTADO

Antônio
SECRETÁRIO DE GOVERNO

João
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA

Roberto
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Átila
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Abdo
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

Guilherme
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

André
SECRETÁRIO DE SAÚDE

Wesley
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

Wesley
SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Wesley
SECRETÁRIO DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO

Wesley
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Wesley
SECRETÁRIO DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Wesley
SECRETÁRIO DE JUSTIÇA